

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**
2 **3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2021**

3 **Data:** 13 de agosto de 2021
4 **Horário:** 9h00min
5 **Local:** Plataforma Teams vídeo conferência

6 **Membros do Colegiado presentes**

7 **SEGMENTO ESTADO**

8	Wanderley de Abreu S. Júnior	DAEE- Secretário Executivo
9	Seica Ono	DAEE
10	Laura Stela N. Perez	Secr. Infr. e Meio Amb.-SIMA
11	Helio R. Figueiredo	SABESP
12	Adilson Nunes Fernandes	SABESP
13	Luiz Sergio O. Valentim	Secretaria Saúde
14	Maria Emília Botelho	CETESB
15	Lilian Barrella Peres	CETESB
16	Josenei Gabriel Cará	Fundação Cons. Florestal
17	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria da Educação
18	Gerson Salviano de Almeida Filho	Instituto de Pesq. Tecnológicas-IPT
19	Alessandra Cristina Corsi	IPT
20	Augusto Olavo Leite	Secretaria Logística e Transportes
21	Claudia Luciana Varnier	Instituto Geológico - IG
22	Joaldir R. Machado	Secr. Desenv. Regional

23 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

24	Clóvis Volpi	Prefeito de Ribeirão Pires - Presidente
25	Andreza de A. Batista	Ribeirão Pires
26	Marcelo Rodrigues da Motta	Itapeceira da Serra
27	Alaine Cristiane de Almeida Feital	Bitituba Mirim
28	Claudete Canada	Poá
29	Geovane Bassan P. Oliveira	Barueri
30	Moacyr Alves de Souza	Ferraz de Vasconcelos
31	Romildo de P. Campello	Salesópolis
32	Ruth Cristina	Taboão da Serra

33 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

34	Amauri Pollachi	APU - Vice-Presidente
35	Melissa Graciosa	UFABC
36	Marta Angela Marcondes	USCS
37	Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP - Alto Tietê
38	Ricardo Saad	CIESP SBC
39	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
40	Ester Feche G.	AESABESP
41	Ricardo Guterman	FED. Nac. Urbanitários
42	Vanessa Dias	SINDUSCON
43	Mary Dias Lobas de Castro	Instituto SIADES
44	Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica
45	José A. Arraes	ICATI
46	Virgílio Alcides de Farias	MDV
47	Adriana Abelhão	SEAE
48	Miriam Duailibi	Instituto ECOAR
49	AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Nilton Santana SABESP; Gustavo Prado	
50	ASSEMAE e Edilene Laura Gonçalves CIESP Oeste	

51 **1. Abertura.** Clóvis Volpi, Prefeito de Ribeirão Pires e Presidente do
52 CBH-AT constatando quórum abriu a reunião agradecendo as
53 presenças.

54 **2. Leitura, discussão e votação do resumo executivo da 2ª Reunião**
55 **Plenária de 2021, realizada em 08 de abril de 2021.** Após solicitada
56 dispensa da leitura a Ata foi aprovada por unanimidade.

57 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** André Luiz,
58 representante da Prefeitura de Diadema no Subcomitê Billings-
59 Tamanduateí, solicitou para o Comitê pautar o papel dos Subcomitês
60 incluindo o tema do Subcomitê como instância deliberativa. Os
61 Expedientes do Comitê foram disponibilizados na íntegra
62 antecipadamente aos membros e, em sua maioria tratam de indicações
63 para compor os Subcomitês. No dia 05 de agosto foi realizada Reunião
64 Extraordinária do Conselho Estadual-CRH, com cerca de 400
65 participantes em uma reunião virtual, tendo como pauta a crise hídrica
66 com apresentações técnicas atualizadas sobre o monitoramento da
67 situação dos mananciais no Estado e na RMSP e medidas em curso para
68 mitigar a crise. Será realizado de 17 a 19/08 o evento aberto ao público
69 WEBINAR-Segurança Hídrica na Bacia do Alto Tietê, Gestão da Crise
70 Hídrica na Bacia com as perspectivas dos Operadores do sistema.
71 Melissa Cristina Graciosa (UFABC) do GT Eventos Extremos, e Hélio
72 Suleiman Diretor Presidente da FABHAT reforçaram o convite para que
73 todos participem do Webinar, que terá apresentação ao vivo pela mídia

74 social YouTube. Virgílio Farias (MDV) corroborou, há necessidade de
75 revitalizar e repensar o papel dos Subcomitês, inclusive
76 restabelecendo seu poder deliberativo, nas pautas de seu peculiar
77 interesse e, de acordo com o previsto na legislação com a gestão
78 descentralizada dos recursos hídricos. Sobre o licenciamento
79 ambiental municipal, conforme previsto na legislação da Billings, disse
80 que os municípios estão licenciando a bel-prazer sem uma discussão
81 obrigatória nos Conselhos; que áreas públicas de propriedade do
82 Estado precisam ter proteção como Unidade de Conservação
83 Estadual e, por fim, convidou o segmento Sociedade civil para
84 estabelecerem de forma unificada um Plano de Trabalho para os
85 Subcomitês. A seguir, na participação dos membros da plenária
86 ocorreram diversas manifestações como Comunicações e Informes,
87 sendo que todos os pronunciamentos da reunião, como de praxe, são
88 registrados na Ata taquigrafada de inteiro teor. José Soares (MDV)
89 disse, entre diversas considerações, que na região de Rio Grande da
90 Serra e, pela segunda vez, a tubulação da SABESP incendiou
91 causando danos ambientais e não há nenhum Plano de Emergência
92 previsto. Corroborou a fala anterior de Virgílio e questionou a eficácia
93 do licenciamento ambiental pelos municípios, notadamente na Bacia
94 do Subcomitê Billings-Tamanduateí. Adriana Abelhão (Sociedade
95 Ecológica Amigos do Embu) também corroborou as falas de seus
96 companheiros na subbacia Billings e a importância da real efetivação

97 da Fiscalização Integrada, do SGI, considerando também que na
98 Guarapiranga a situação é muito parecida, precária, com ocupação
99 irregular, de forma muito adensada e desordenada nos territórios de
100 APRMs.

101 **4. Comunicação sobre as propostas da Sociedade Civil para a**
102 **gestão 2021-2023.** O Vice-Presidente Amauri Pollachi (APU) solicitou
103 registro integral das propostas: 1. Em face da crise climática,
104 1.1.Aprimorar o monitoramento hídrico quali-quantitativo, com
105 acompanhamento e divulgação permanente da situação dos
106 reservatórios de todos os mananciais; 1.2. Atuar em processos de
107 antecipação, debate e negociação de conflitos para evitar, ou reduzir
108 efeitos de estiagens que virão. Por exemplo, promovendo a elaboração
109 amplamente participativa de um plano de contingência capaz de preparar
110 a sociedade e estabelecer uma prévia pactuação da alocação da água
111 em situação de escassez hídrica; 1.3. Avaliar criticamente o conjunto das
112 ações de contingenciamento e gestão de demanda propostas, ou
113 implementadas durante a crise hídrica de 2014-2015, promovendo
114 adequações para formulação de proposições proativas junto à sociedade
115 e ao Poder Público. 2.Proteção e recuperação de mananciais,
116 2.1.Elaborar a minuta do projeto de lei específica para criar as APRMs
117 do Rio Guaió, do Cabuçu e do Tanque Grande; 2.2.Promover a
118 articulação com os órgãos envolvidos na Fiscalização Integrada, o GT
119 Mananciais e os respectivos Subcomitês para a aprovação de

120 regulamentações, normas e planos de trabalho relativos ao controle e
121 fiscalização das APRMs; 2.3. Implantar o Sistema Gerencial de
122 Informações (SGI) previsto nas leis específicas das APRMs, com
123 prioridade máxima de financiamento pelo FEHIDRO, tendo a FABHAT
124 por tomadora; 2.4. Solicitar informações periódicas dos prestadores
125 de serviços de saneamento sobre os lançamentos de esgotos, in natura,
126 ou fora dos parâmetros legais, nos reservatórios das áreas de
127 mananciais; 2.5. Solicitar aos municípios a apresentação dos
128 assentamentos enquadrados como ARA 1, informados à SIMA para
129 intervenções urbanísticas de PRIS, conforme Leis de APRMs;
130 2.6. Solicitar à CETESB a apresentação de dados e informações
131 referentes ao cumprimento das Metas de Qualidade da Água
132 especificadas em Leis de APRM; 2.7. Manter a destinação de, no
133 mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos de investimento
134 oriundos da cobrança para conservação, proteção e recuperação das
135 áreas de mananciais, informando o volume de recursos investidos e os
136 resultados da aplicação quanto à sua eficácia; 2.8. Estimular a
137 implantação de pagamento direto, ou de mecanismos de compensação
138 financeira aos Municípios produtores de água, conforme dispõe a
139 legislação; 2.9. Estimular o cumprimento da Lei nº 9.146/1995, que
140 dispõe sobre a compensação financeira para os Municípios que sofrem
141 restrição por força de instituição de espaços territoriais especialmente
142 protegidos pelo Estado, em cumprimento ao disposto no Artigo 200, da
143 Constituição Estadual; 2.10. Solicitar à SIMA informações sobre a

144 evolução da cobertura vegetal das APRMs, desde 1990;
145 2.11.Implementar programa de auditoria do Sistema de Monitoramento
146 da Qualidade Ambiental, previsto nas leis das APRMs; 2.12. Garantir a
147 transparência de informações por meio de relatórios anuais sobre a
148 qualidade ambiental dos Reservatórios previstos nas APRMs, com
149 especificações sobre a produção de água, do ecossistema, a qualidade
150 das águas e a capacidade de reservação. 3.Saneamento,
151 desenvolvimento urbano e meio ambiente, 3.1.Promover diálogo
152 permanente com municípios no planejamento e nas políticas de controle
153 e uso do solo, harmonizando-as com o Plano da Bacia, as Leis de
154 APRMs, e a Lei do SNUC, com a participação dos respectivos
155 Subcomitês; 3.2. Promover debates sobre o saneamento básico;
156 3.3.Incentivar o estudo e as práticas de soluções baseadas na natureza
157 para mitigação de inundações; 3.4.Defender a preservação ambiental
158 das áreas vegetadas; 3.5.Demandar junto ao Estado o cumprimento do
159 artigo 120 das disposições finais da Lei da APRM Billings, que dispõe
160 que as áreas sob posse ou domínio público do Governo do Estado, ou
161 de seus órgãos vinculados serão definidas como Unidades de
162 Conservação Estaduais; 3.6.Manter um banco de dados acessível para
163 subsidiar contribuições aos relatórios de situação, à revisão de planos e
164 aos demais instrumentos utilizados para definição de prioridades na
165 Bacia do Alto Tietê. 4.Estrutura e organização, 4.1. Fortalecer a atuação
166 dos Subcomitês como instâncias regionais de consulta e deliberação,
167 nos assuntos de interesse em suas respectivas áreas de abrangência;

168 4.2.Preencher todas as vagas em aberto no Plenário e nos Subcomitês,
169 estimulando a participação das representações de todos os segmentos
170 e a ampliação do cadastramento de entidades; 4.3. Vincular a
171 indicação de empreendimentos ao FEHIDRO à participação efetiva dos
172 tomadores nas instâncias do CBH-AT (Plenário, Câmaras Técnicas e
173 Subcomitês); 4.4.Fortalecer a FABHAT, mediante realização de
174 concurso público e garantia do exercício pleno de suas atribuições; 4.5.
175 Aprimorar a informação e a comunicação; 4.6. Viabilizar os
176 escritórios regionais previstos nas legislações de mananciais; 4.7. Gerar
177 relatórios sobre investimentos setoriais previstos no Plano da Bacia com
178 avaliação da eficiência para a governança dos recursos hídricos e dos
179 mananciais; 4.8.Rever o estatuto visando, dentre outros aspectos,
180 adequar a composição, promover maior diversidade de representação e
181 redefinir o papel dos subcomitês, observando a legislação das APRMs;
182 4.9.Flexibilizar os horários e os dias de reuniões; 4.10.Manter
183 possibilidade de reuniões remotas, após a superação da crise sanitária
184 da Covid-19; 4.11.Ampliar a divulgação das reuniões plenárias, com
185 transmissão ao vivo por mídias sociais.

186 **5. DELIBERAÇÕES**

187 (As Deliberações com redação final, aprovada, são publicadas na webpágina do
188 Comitê <https://comiteat.sp.gov.br/o-comite/deliberacoes-e-mocoos/>)

189 **5.1. Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº 122, de 30 de junho de**
190 **2021, que altera prazos da Deliberação CBH-AT Ad Referendum nº**
191 **120, de 10 de março de 2021, que alterou prazos da Deliberação**
192 **CBH-AT nº 117, de 10 de fevereiro de 2021;**

193 A Deliberação foi aprovada por unanimidade, com a redação final
194 aprovada publicada na webpágina do Comitê.

195 **5.2. Deliberação CBH-AT nº 123, de 13 de agosto de 2021 - Aprova o**
196 **Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA referente à ampliação de**
197 **atividade de extração de granito e saibro, da Basalto Pedreira e**
198 **Pavimentação Ltda;**

199 A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Ricardo de Aguiar Quadros
200 (CIESP - Alto Tietê) Coordenador do Grupo Técnico-GT Consultas
201 Ambientais apresentou, em síntese e, após manifestação do plenário, o
202 Parecer recomenda que seja executado o Plano de Monitoramento de
203 Águas Superficiais e Subterrâneas apresentado à CETESB, atualizando
204 os valores apontados no EIA/RIMA e, deverá ser corrigido os valores em
205 desacordo, Figura 6-tabela, apontadas no item 2.; Que seja monitorado
206 o fluxo do lençol freático e que sejam adotadas medidas corretivas e
207 mitigatórias em caso de alterações. Essas medidas deverão ser

208 submetidas à apreciação da CETESB; Sejam utilizados pavimentos
209 permeáveis nas áreas de circulação de veículos e de pedestres,
210 acompanhados de sistemas de coleta de resíduos de veículos
211 automotores; Que durante a implantação do empreendimento sejam
212 adotadas e praticadas ações de Prevenção e Controle dos Processos
213 Erosivos e transporte de sedimentos; Que sejam disponibilizados
214 espaços para separação de resíduos sólidos com finalidade de
215 reciclagem e reaproveitamento; Que as compensações ambientais
216 decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas à aplicação
217 nas unidades de conservação e/ou áreas que demandam restauração
218 ecológica preferencialmente situadas nas sub-regiões do Penha-
219 Pinheiros e Juqueri Cantareira; Que sejam atendidos os critérios para
220 implantação do empreendimento referente à Zona de Amortecimento da
221 Unidade de Conservação do Parque Estadual da Cantareira e; que a
222 implantação das medidas ora propostas seja avaliada e acompanhada
223 pela CETESB e que o CBH-AT seja periodicamente comunicado a
224 respeito.

225 **5.3. Deliberação CBH-AT nº 124, de 13 de agosto de 2021 - Aprova o**
226 **Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA referente ao Plano Urbanístico**
227 **Swiss Park Caieiras, em Caieiras;**

228 A Deliberação foi aprovada, com 1 voto contrário de Virgílio (MDV) e 1
229 abstenção. Ricardo Quadros novamente apresentou. Em síntese e, após
230 manifestação do plenário, o Parecer recomenda que seja dotado de

231 instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional
232 da água, e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não
233 potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento
234 público, considerando o disposto na norma ABNT NBR 16783:2019;
235 Sejam utilizadas técnicas de drenagens sustentáveis nas áreas de
236 veículos, pedestres e telhados, acompanhados de sistemas de coleta de
237 resíduos de veículos automotores; Que durante a implantação do
238 empreendimento sejam adotadas e praticadas ações de Prevenção e
239 Controle dos processos erosivos, deslizamentos e transporte de
240 sedimentos; Que sejam disponibilizados espaços no condomínio para
241 separação de resíduos sólidos com finalidade de reciclagem e
242 reaproveitamento; Que seja apresentada uma proposta específica à
243 zona de intermediária (área do solo permeável) objetivando a mitigação
244 de eventos reconhecidos, destacadamente, o da declividade; Que as
245 compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento
246 sejam destinadas à aplicação nas unidades de conservação e/ou áreas
247 que demandam restauração ecológica preferencialmente situadas na
248 sub-região Juqueri-Cantareira; Que sejam atendidos os critérios para
249 implantação do empreendimento referente à Zona de Amortecimento da
250 Unidade de Conservação do Juquery e; Que a implantação das medidas
251 ora propostas seja avaliada e acompanhada pela CETESB e que o CBH-
252 AT seja periodicamente comunicado a respeito. Amauri destacou,
253 mediante as solicitações de participação ativa dos Subcomitês,
254 afirmando que tal demanda é urgente e será tratada com a Diretoria do

255 Comitê e os Coordenadores dos Subcomitês. Para a análise dos
256 empreendimentos talvez seja necessária a formação de uma Câmara
257 técnica específica.

258 **5.4. Deliberação CBH-AT nº 125, de 13 de agosto de 2021 - Aprova a**
259 **inclusão de entidades da Sociedade Civil para compor o Cadastro**
260 **Permanente do CBH-AT e participação nos Subcomitês;**

261 Deliberação aprovada por unanimidade, habilitando o Instituto
262 Causambientalis (ICA) para representar o segmento da Sociedade Civil
263 na categoria “Associações Não Governamentais de Defesa do Meio
264 Ambiente, Comunitárias e dos direitos difusos”, como suplente, nos
265 Subcomitês Alto Tietê-Cabeceiras e Billings-Tamanduateí para a gestão
266 2021-2023.

267 **5.5. Deliberação CBH-AT nº 126, de 13 de agosto de 2021 - Aprova o**
268 **Plano de Comunicação do CBH-AT para a gestão 2021-2023;**

269 Deliberação aprovada por unanimidade. Francisca Adalgisa da Silva
270 (APU) Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental
271 apresentou. Em síntese e, após manifestação do plenário, o Plano
272 objetiva aprimorar as ações de comunicação para melhorar a divulgação
273 das atividades do Comitê, e dos Subcomitês, bem como ampliar o
274 reconhecimento da sociedade pelo CBH-AT como um órgão colegiado
275 de gerenciamento da bacia hidrográfica. Entre outros, tem objetivos
276 específicos para aprimorar a comunicação externa a partir dos canais

277 que já demonstraram efetividade; Alinhar as informações e compartilhar
278 experiências entre todas as instâncias do CBH-AT e Subcomitês,
279 possibilitando uma maior conexão entre os trabalhos realizados e dos
280 temas de importância do Comitê e; Divulgar de maneira didática os
281 trabalhos realizados pelo Comitê e Subcomitês para o público interno e
282 externo. O Plano de Ação procura contemplar o aumento do
283 engajamento nas publicações das redes sociais e acessos no site do
284 CBH-AT; Aumentar a quantidade de acessos/inscritos/seguidores em
285 20% com o indicador N° de acessos no site; N° de inscritos no YouTube
286 e Facebook, divulgar aos Comitês de Bacias e para o público geral os
287 resultados e os produtos dos projetos financiados pelo FEHIDRO em
288 linguagem acessível, ao menos 90% dos projetos concluídos por ano,
289 divulgar ao público geral os mecanismos de financiamento do FEHIDRO
290 de forma simples e compreensível, em item que já está sendo
291 contemplado no Plano de Capacitação; Promoção de eventos virtuais ou
292 presenciais internos para propiciar a integração entre todas as instâncias
293 do CBH-AT; Elaboração de boletins sobre as principais informações
294 ocorridas no período nas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho,
295 Subcomitês e Plenárias divulgando em boletins mensais; Realização de
296 conversas virtuais ou presenciais abertas ao público para discussão de
297 assuntos de interesse da bacia; publicação nas mídias e redes sociais,
298 bem como outros meios de comunicação, de peças interativas sobre
299 assuntos voltados à sociedade em geral, ampliação da divulgação de
300 eventos externos nas Universidades, em Órgãos do Governo, Empresas,

301 etc. sobre assuntos de interesse Comitê; Criar perfis do Comitê no
302 Instagram e LinkedIn e realizar alimentação de conteúdo semanalmente;
303 Incentivar o conhecimento do território e a interação com o público para
304 proposição de soluções aos desafios enfrentados na Bacia do Alto Tietê-
305 BAT; Elaboração de maquete digital da bacia para reconhecimento dos
306 principais problemas para utilização como instrumento educativo nas
307 redes sociais e escolas públicas e privadas. A redação final aprovada
308 será publicada no site do Comitê, juntamente com um Anexo, contendo
309 a relação das entidades com um resumo de apresentação.

310 **5.6. Deliberação CBH-AT nº 127, de 13 de agosto de 2021 - Aprova a**
311 **compatibilização do Plano Diretor de Ribeirão Pires com a APRM-**
312 **ATC;**

313 Deliberação aprovada, com abstenção de Vanessa Dias (SindusCon-
314 SP) e voto contrário de Virgílio (MDV). Solange Wuo Franco (P.M de
315 Suzano) Coordenadora do GT Mananciais apresentou. A Câmara
316 Técnica CTPA se reuniu conjuntamente com o GT Mananciais e o
317 Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras, além da presença de Márcia
318 Nascimento (CPLA), entre outros participantes, e após estudo e
319 análise aprovaram a compatibilidade do Plano Diretor. Virgílio retomou
320 a questão da participação ativa dos Subcomitês, considerando que
321 deveria ser analisada a adequação no Subcomitê Billings, além de
322 observar a Lei do SNUC. José Avanito Arraes (Subcomitê AT

323 Cabeceiras) concordou e, mas atualmente o Estatuto do Comitê, que
324 rege atribuições dos Subcomitês, não prevê a análise nos Subcomitês,
325 até mesmo por isso precisam revisar tal procedimento. José Soares
326 (Subcomitê Billings) concordou com Virgílio e apontou a necessidade
327 de uma análise atenta, tanto do Comitê, como do Subcomitê, para os
328 Planos e suas compatibilizações nas subbacias

329 **5.7. Deliberação CBH-AT nº 128, de 13 de agosto de 2021 - Aprova**
330 **os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas do CBH-AT para a**
331 **gestão 2021-2023;**

332 Deliberação aprovada por unanimidade. Na síntese da apresentação dos
333 Planos, Josué Barranco (DAEE) Coordenador da Câmara Técnica de
334 Planejamento e Articulação-CTPA apresentou o Plano da CTPA,
335 contendo, entre outras ações, a criação de um GAT para acompanhar as
336 complementações do projeto "Estudo de Alternativa para Compensação
337 Financeira aos Municípios Afetados por Reservatórios ou Restrições
338 Legais e Ocupação do Solo"; e outro GAT-Tecnologia para estudar o
339 SGI, porque verificou-se, anteriormente, muitos problemas de conexão
340 no SGI; a realização de reuniões das instâncias responsáveis para
341 elaboração do parecer técnico; Realizar reuniões com as instâncias
342 responsáveis para elaboração das notas técnicas; Realizar reuniões com
343 as instâncias responsáveis para elaboração das minutas dos
344 anteprojetos de lei; Acompanhamento da execução do empreendimento
345 através do GAT e Participação nas reuniões conjuntas das CTs para

346 discussão e análise dos projetos FEHIDRO. Pela CT Monitoramento
347 Hidrológico-CTMH Lilian Barrella (CETESB) avaliar propostas de
348 aprimoramento na formatação e no conteúdo dos boletins; Criar rotina de
349 avaliação dos boletins nas reuniões da CTMH e divulgação nas plenárias
350 do CBH-AT; Elaborar TR para a contratação de sistema para geração de
351 boletim eletrônico; Avaliar as atividades e produtos do GT-Eventos
352 Extremos; Elaborar plano de acompanhamento do monitoramento para
353 subsidiar medidas de contingência para o Comitê no enfrentamento de
354 eventuais crises hídricas; Criação de um boletim climatológico com a
355 previsão de médio e longo prazos para a ocorrência de eventos extremos
356 e realização de dois seminários ou evento similar com modelo a ser
357 definido, sobre os eventos extremos na bacia. Francisca Adalgisa,
358 Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental-CTEA
359 apresentou ações para a elaboração do Plano de Comunicação e
360 acompanhamento de suas ações, conforme já apresentado no item 5.5
361 desta reunião, Elaboração e acompanhamento das ações do Plano de
362 Capacitação; reuniões periódicas para acompanhamento da execução
363 do Programa de Educação Ambiental; Participação das reuniões
364 conjuntas das CTs para discussão sobre análise dos projetos FEHIDRO
365 e Participação como analistas dos projetos relacionados a Educação
366 Ambiental. A CT Gestão de Investimentos-CTGI com a Coordenação de
367 Laura Stela Naliato Perez (SIMA) planeja evoluir para além da avaliação
368 dos projetos e, para tanto, há ações previstas para padronizar o conteúdo
369 e orientar os tomadores na apresentação dos resultados dos

370 empreendimentos financiados com elaboração de roteiro para
371 apresentação no Comitê, pelos tomadores, dos produtos e resultados
372 dos empreendimentos concluídos; Avaliação dos produtos e resultados
373 dos empreendimentos concluídos, apresentar modelos de TRs de boa
374 qualidade para divulgação; Orientar os possíveis tomadores quanto aos
375 critérios e procedimentos para obtenção de recursos, e entre outras
376 ações elaborar um glossário para esclarecimento de conceitos usuais da
377 gestão e da Bacia; Avaliar os produtos apresentados pela FIPE e propor
378 eventuais estudos complementares como para o Projeto CONDEMAT.
379 Pela CT Águas Subterrâneas o Coordenador José Luiz Albuquerque
380 Filho (IPT) apresentou ações como, finalização da revisão da
381 Deliberação CBH-AT nº 01/ 2011 a cargo do GT Jurubatuba; a integração
382 de dados entre os órgãos gestores apresentando proposta de
383 estruturação e operacionalização do Banco de Dados; Constituir Grupo
384 de Trabalho para acompanhamento e fiscalização do projeto Jurubatuba
385 - Parte I Diagnóstico Hidrogeológico e II Modelo de Gestão; Discussão
386 sobre a viabilidade da utilização da água subterrânea de poços
387 potencialmente afetados por áreas contaminadas; Análise dos projetos
388 FEHIDRO relacionados a águas subterrâneas. Virgílio solicitou incluir na
389 CTPA, no rol das legislações, Unidades de Conservação e na CTEA
390 demanda induzida para cada Subcomitê, Educação Ambiental formal e
391 informal regionalizada.

392 **5.8. Deliberação CBH-AT nº 129, de 13 de agosto de 2021 - Aprova**
393 **aditamento de recursos financeiros aos Contratos FEHIDRO nº**
394 **247/2019 e 352/2019, cujo tomador é a CETESB.**

395 A Deliberação foi aprovada, com abstenção de Cristiane Cortez
396 (FECOMERCIO), Virgílio (MDV) e Gustavo Veronesi (SOS Mata
397 Atlântica). A Deliberação se faz necessária para aditar recursos
398 financeiros aos Contratos descritos em função da Pandemia COVID-19
399 que criou dificuldades para a licitação e pela variação cambial do dólar
400 que teve significativa alta no período.

401 **5.9. Deliberação CBH-AT nº 130, de 13 de agosto de 2021 - Aprova a**
402 **indicação de empreendimentos para financiamento com recursos**
403 **do FEHIDRO em 2021.**

404 A Deliberação foi aprovada, com abstenção de Virgílio (MDV). O
405 processo de análise dos empreendimentos ocupou aproximadamente 52
406 horas de trabalho. As Câmaras Técnicas CTPA, CTMH, CTEA, CTGI e
407 CTAS realizaram 13 reuniões conjuntas e contaram como todo apoio
408 técnico e operacional da FABHAT, além de disponibilizar atendimento
409 para esclarecimentos e pedidos de complementações aos proponentes.
410 Foram aprovados 15 empreendimentos totalizando R\$ 52,5 milhões,
411 sendo que, 54% estão em APMs/APRMs e 46% beneficiam outras áreas
412 da bacia. Dos recursos CFURH foram R\$ 4,7 milhões e os da cobrança
413 pelo uso da água R\$ 47,5 milhões. Na sequência aberta a palavra ao

414 plenário, houve diversas considerações, todas constam na Ata de inteiro
415 teor. Melissa ressaltou a importância do trabalho e das análises nas CTs,
416 que contam com representantes dos três segmentos e, esclareceu que,
417 é preciso ter consciência que a análise das CTs tem a obrigação de
418 verificar se o empreendimento atende, ou não, as Deliberações
419 aprovadas pelo Comitê, entre elas a Deliberação CBH-AT nº 117 que
420 dispõe sobre critérios de análise e hierarquização de empreendimentos,
421 como também a Deliberação CRH nº 194/2017, que estabelece para os
422 investimentos dos recursos em consonância com as prioridades
423 estabelecidas no Plano de Bacia vigente. Hélio convidou todos para
424 participarem do processo de análise dos projetos, até mesmo para terem
425 pleno entendimento de todo o processo de análise e, ressaltou o trabalho
426 conjunto, profícuo, que demandou muitas horas. O Vice-Presidente
427 parabenizou o suporte oferecido a todos tomadores e o fato de o Comitê
428 conseguir aproveitamento dos recursos em apenas uma chamada,
429 deixando como saldo remanescente apenas cerca de R\$ 19 mil da
430 CFURH. Solange Wuó solicitou maior participação na análise dos
431 empreendimentos, até mesmo para evitar a sobrecarga sempre para os
432 mesmos membros do colegiado.

433 **6. Outros assuntos.**

434 Melissa divulgou a oferta de vagas para os representantes do Comitê no
435 curso Modelagem hidrológica das cheias urbanas, promovido pela
436 Universidade Federal-UFABC, que será totalmente online, no mês de

437 setembro/202 às quartas-feiras, e será divulgado também por e-mail.
438 Cumprida a pauta o Vice-Presidente agradeceu as presenças,
439 comunicou que no início havia 120 pessoas e, ao final da reunião ainda
440 como 60 pessoas, e deu por encerrada a reunião. Esta Ata da 3ª. reunião
441 plenária Ordinária de 2021 do CBH-AT foi elaborada pelo Taquígrafo
442 Dartan Gravina, com a revisão da Secretaria Executiva do Comitê, como
443 resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor.

444 **Clovis Volpi**

445 Presidente do CBH-AT

446 **Wanderley de Abreu Soares Júnior**

447 Secretário Executivo do CBH-AT